



A PERCEÇÃO DOS MORADORES DOS RESIDENCIAIS DO MCMV: uma tentativa de operacionalizar o conceito de periferia, a partir desse olhar

Autores:

Mayara Mychella Senara Araújo - UFBA - maiaraujo2006@gmail.com

Resumo:

Tendo em conta as discussões e questionamentos resultantes da tese de doutoramento defendida, em 2016, este artigo surge como um caminho para aventar outras possibilidades de debates no tangente as questões e inquietações do trabalho que hoje consideramos como inacabado. Assim, buscando remontar as discussões relacionadas às percepções dos moradores quanto ao aspecto localização dos empreendimentos, é que neste material abordaremos sua percepção relacionando-a com as áreas onde os residenciais foram implementados, tentando operacionalizar outro entendimento de periferia. Para dar conta dessa operacionalização, primeiro faremos um resgate acerca do espaço percebido pelos moradores do MCMV do bairro da Mangabeira. Em seguida, na seção intitulada uma discussão que não se encerra: operacionalizando outro “conceito” de periferia, apresentamos esse olhar dos moradores sobre o que compreendiam como periferia. Por fim, apontamos que ainda que as percepções dos moradores se relacionem a distância do centro da cidade, como geralmente se discute o conceito, tem mais a revelar e traz mais questões a serem debatidas.

A PERCEÇÃO DOS MORADORES DOS RESIDENCIAIS DO MCMV:

uma tentativa de operacionalizar o conceito de periferia, a
partir desse olhar

INTRODUÇÃO

Ao iniciar a escrita da tese de doutoramento, em 2012, inquietações relacionadas ao processo especulativo ligado à produção habitacional voltada para o interesse social permeavam o plano de discussão que tentávamos alcançar. Com o avançar das leituras e apropriações teórico-conceituais, demos-nos conta que este viés já vinha sendo amplamente abordado pelos mais diversos autores¹ e com diferentes análises que se complementavam e, apesar de não se encerrarem, pela efemeridade com que ocorre o processo de crescimento da cidade e do urbano, já vinham sendo construídas.

Com isso, buscamos uma vertente que se apresentasse como “inovadora”, embora reconhecêssemos que no ambiente acadêmico, a novidade está mais pautada na linha teórica e de pensamento do autor/pesquisador, do que se apresente como sendo um outro olhar. Isso porque é essa trajetória que lhe permite enxergar e analisar sob sua óptica os processos que busca entender como sendo os possíveis de trazer outras abordagens. Com esse horizonte, tratar da produção do espaço a partir dos residenciais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) apareceu como o norteador das análises, naquele momento.

Assim sendo, a tese de doutorado defendida em 2016 dava conta de abordar o processo de produção do espaço associado aos residenciais do programa MCMV que foram construídos no bairro da Mangabeira, uma área periférica na cidade de Feira de Santana-Bahia, entre 2009-2014. Para alcançar o objetivo, as bases metodológica e teórica foram de Henri Lefebvre com o método regressivo-progressivo e a teoria “A produção do espaço”, segundo os quais compreendemos o espaço como contido nas relações sociais e em uma dimensão tríplice: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Vale salientar que mesmo o objetivo estando estritamente relacionado a essa dimensão tríplice da teoria e do método investigativo propostos por Henri Lefebvre, pela necessidade de compreensão do tema, a tese deu conta de investigar o contexto das políticas públicas de habitação no país e na Bahia, além de ter discutido o conceito de periferia como seu norteador e do processo de periferização em Feira de Santana.

Passados mais de dois anos da finalização desse trabalho, que naquela época souo como pronto e acabado, ressurgem questões e inquietações do que hoje consideramos como

¹ Maricato (2011), Bonduki (2011), Singer, (1979), Bollaffi (1981), Harvey (2005) Fix (2011), Shimbo (2010), Azevedo (2007), Royer (2013), Rolnik (2009), Cardoso; Aragão (2013) apenas para citar alguns exemplos que se situam no âmbito das discussões urbanas.

inacabado ou, se quisermos, com outras possibilidades de olhar. E são, justamente, essas outras possibilidades que nos trazem a elaboração deste artigo.

Mais próximos das leituras do Urbanismo que, embora, não se afastem daquelas problematizadas na Geografia Urbana, abrange uma outra miríade de ideias, ressurgem as seguintes indagações: Qual a imagem os moradores dos residenciais do programa têm dessa área onde foram construídos? Quais são as suas percepções dessas áreas? Por que para a maioria deles essas áreas não são periféricas? Esses questionamentos outrora pareceram respondidos pela análise da sua vivência, todavia, hoje, relendo a tese, acreditamos que há mais para ser mostrado.

Nesse sentido, e buscando remontar as discussões relacionadas às percepções dos moradores quanto ao aspecto localização dos empreendimentos, é que neste material buscaremos discutir a percepção deles relacionando-a com as áreas onde os residenciais foram implementados, tentando operacionalizar um entendimento de periferia, a partir daí. Logo, essa compreensão se relaciona com Sessão Temática 13 – Abordagens sobre a cidade e o urbano – já que nos pautamos na percepção dos moradores e nos balizamos nas construções teóricas acerca do conceito periferia, não as refutando para realizar essa operacionalização. A intenção é, se possível, trazer uma outra “roupagem” a sua apreensão, e não discutir Direito à Cidade e à Moradia ou mesmo Política Habitacional – Ontem, Hoje e Amanhã – como se propõem, respectivamente, as sessões temáticas um e dois, deste evento.

Para dar conta dessa operacionalização, primeiro faremos um resgate daquilo que foi amplamente discutido na tese – o espaço percebido pelos moradores do MCMV do bairro da Mangabeira. Entendemos que essa releitura, além de fundamental, nos permite lançar luzes sobre as questões supracitadas e assim nos possibilita compreender o que é periferia no imaginário dessa população. Na seção seguinte – uma discussão que não se encerra: operacionalizando outro “conceito” de periferia – apresentamos esse olhar dos moradores acerca do que compreendiam como periferia, que ainda que se relacione a distância do centro da cidade, como geralmente se discute o conceito, tem mais a revelar e traz mais questões a serem debatidas.

1 O ESPAÇO PERCEBIDO PELOS MORADORES DO MCMCV DO BAIRRO DA MANGABEIRA

A proximidade com a temática nos faz lê-la como se todos pudessem visualizar o que escrevemos, sem restrições de escala, de espaço e/ou de tempo, entretanto, são necessários resgates para situar o leitor e permitir que esse acompanhe não apenas as discussões, mas o contexto que buscamos expressar. Assim sendo, essa seção além de trazer uma remontagem acerca de algumas demarcações temporais e caracterizações que dão conta do porquê da escolha de Feira de Santana como área de estudo, discorre sobre o que espaço percebido pelos moradores do MCMV do bairro da Mangabeira, na mesma cidade.

Feira de Santana se destaca na rede urbana da Bahia por ser a segunda cidade do estado em termos de população, posição assegurada desde a década de 1970, quando já registrava predominância de população urbana em relação à rural; é também, desde aquela

época, a única após Salvador — a capital do estado — a contar com mais de 100 mil residentes. Além de seu papel histórico como entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do país, figura como uma das cinco mais proeminentes economias da Bahia, com um Produto Interno Bruto (PIB), em 2015, de mais de 11 milhões de reais, superado apenas pelo de Salvador e Camaçari na Região Metropolitana de Salvador - RMS (ARAÚJO, 2016; SEI, 2015).

Além disso, há época da elaboração da tese, constatamos que Feira de Santana tinha em vigor o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, sancionado em 11 de novembro 1992, e conhecido como Lei do Plano nº 1.614². Passados mais de 20 anos de sua elaboração, por certo, poderíamos afirmar que ele não mais atendia as exigências constitucionais e as novas formas espaciais e territorialidades surgidas após sua edição. Portanto, esse fato somado as outras características postas anteriormente e, principalmente, por nos anos iniciais da vigência do programa, 2009 e 2010, a cidade ter atraído o maior quantitativo de unidades habitacionais voltadas à faixa um³, superando inclusive Salvador, levou nosso olhar para lá. Única cidade baiana a receber os mais vultosos recursos e o maior número de unidades habitacionais contratadas para o MCMV faixa um, no aludido período. Ao total foram mais de 40 empreendimentos localizados, principalmente, na periferia urbana, tendo sido inclusive a primeira cidade no Brasil a entregar unidades habitacionais do programa, com o Residencial Nova Conceição⁴ (ARAÚJO, 2016).

Acrescentamos ainda, talvez o mais controverso motivo para nossa opção pela cidade de Feira de Santana como a área de estudo, a justificativa apontada por representantes da administração municipal para o grande número de unidades habitacionais aí contratadas. De acordo com a compreensão deles, esse quantitativo se justificava pela elaboração da Lei Complementar nº 65, de 16 de março de 2012, que entre suas prerrogativas, instituiu o Plano Habitacional de Interesse Social do Município de Feira de Santana, e tornava Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) as áreas onde fossem construídas unidades do MCMV. Ou seja, para administração municipal com a lei sancionada, a cidade passou a atender aos requisitos e condicionantes do programa⁵, e desde a reunião para sua elaboração já tinham várias contratações: “[...] A gente saiu dessa reunião com aproximadamente 6mil casas na primeira rodada, mas só tínhamos a contrapartida de 3mil e foi feita dessa forma todo

² Se constituía no instrumento legal em vigor, até 2012, e que determinava as diretrizes para o planejamento (urbano, paisagístico, ambiental, social e econômico) de Feira de Santana. Além desta Lei, existia ainda a de nº 1.615/1992 – de Uso e Ocupação do Solo, onde estavam dispostos os instrumentos de regulação, ordenamento do uso e ocupação do solo na área urbana. Essa foi elaborada em consonância com a Lei nº 1.614/1992 (ARAÚJO, 2016).

³ Considerada habitação de interesse social (HIS), na qual enquadravam-se as famílias com renda mensal entre zero e três salários mínimos.

⁴ Situado no bairro da Conceição e entregue aos moradores em 31 de março de 2010. Apesar de o primeiro empreendimento ter se localizado na Conceição, a opção pela Mangabeira, bairro limítrofe àquele, deveu-se ao fato de que no início da realização da tese, em 2012, era ali onde se concentrava o maior número de empreendimentos do programa. Somando aqueles cuja origem do recurso era do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e os que tinham investimento do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), havia um total de 11 residenciais, além do que era uma área completamente inóspita, tanto em termos de infraestrutura urbana, como, especialmente, de serviços.

⁵ Para o aprofundamento nessa questão, recomendamos a leitura de Helfenstein (2018) e Araújo (2016).

encaminhamento para Caixa” (Entrevistado 2, Prefeitura Municipal apud HELFENSTEIN, 2018, p. 94).

Com isso, compreendemos que Feira de Santana se tornou uma área instigante para realização de leituras e análises, por um lado por sua inegável representatividade na rede urbana do estado, por outro, pelas ambiguidades, e porque não dizer arbitrariedades legislativas quanto a distorção no uso dos instrumentos de indução de política urbana presentes no Estatuto da Cidade. Dito em outros termos, no lugar de assegurar o ordenamento de seu desenvolvimento, garantindo a função social da propriedade nos vazios urbanos – com a criação de mecanismos para este fim –, a atuação da administração municipal ao regular sobre as áreas onde os residenciais do MCMV seriam implementados, simplesmente, corroborou com a ação dos agentes produtores da considerada cidade “formal”⁶, os promotores imobiliários. Afinal, o marco jurídico que deveria regulamentar essas ações, acabou não sendo neutro, pelo contrário, transgredia-o e refletia os interesses desses agentes, tal como aponta Corrêa (1989).

Realizado aquilo que compreendemos como a demarcação espaço-temporal e caracterização do porquê da escolha de Feira de Santana como área de estudo, cumprimos apontar uma remontagem acerca do que se constituía como o espaço percebido pelos moradores do MCMV do bairro da Mangabeira.

Desse modo, primeiro salientamos qual o nosso entendimento para espaço percebido. Pautando-nos na leitura de Lefebvre (1991), sinalizamos que para falar de espaço percebido, antes devemos ressaltar que há diferentes métodos e abordagens para discorrermos apenas sobre o espaço, o que inclui os diversos níveis de reflexão, cultura, realidade objetiva. Logo, para compreendermos o percebido não seria diferente, afinal como o próprio autor indica é impossível estudar o espaço percebido dissociando-o do concebido e do vivido, isso porque a percepção da escala atual do indivíduo e seu grupo – a família, a adjacência – não é isolada. Pelo contrário, além do espaço que as pessoas usam (o concebido)⁷, existe o espaço que elas percebem (o percebido) e o que elas vivem (o vivido)⁸.

Nesse sentido, apesar de a noção mais difundida da teoria da produção do espaço estar centrada no processo e não na descrição de resultado, ela avançou na passagem da temporalidade à espacialidade. Já que seu núcleo identificou três momentos da produção (material, conhecimento e significados) que deveriam ser apreendidos como de igual valor, pois o espaço é, ao mesmo tempo, concebido, percebido e vivido. O crucial da teoria

⁶ Aquela que numa leitura mais geral é dotada de infraestruturas e serviços urbanos, melhor localizada, que atende aos parâmetros legislativos, apesar de não ser acessível a todos.

⁷ Que na leitura de Lefebvre (1991, p. 38-39 – grifos do autor) corresponde as “[...] *Representações do espaço*: conceituar espaço, o espaço de cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais, a partir de um certo tipo de artista com uma inclinação científica - todos eles identificam o que se vive e o que é percebido com o que é concebido”.

⁸ De acordo com Lefebvre (1991), o vivido corresponde a experiência corporal vivida, que atingiu alto grau de complexidade e singularidade, revelada pelos simbolismos dos espaços de representação de habitantes e usuários que aspirem e experimentem fazer, mais do que apenas descrevê-los.

lefebvriana não é o “espaço em si mesmo” ou o ordenamento dos objetos no espaço, mas, o espaço inacabado, continuamente produzido no tempo.

Por isso, quando falamos em espaço percebido, nos referimos, como pontua Lefebvre (1991), à prática espacial que propõe e pressupõe uma interação dialética no espaço. Para ele, essa interação é revelada através da decifração da “realidade diária” – rotina diária – e da “realidade urbana” – as rotas e as redes que ligam os lugares reservados para trabalho, vida privada e de lazer, ou seja, essa prática social corresponde a percepção do mundo exterior – o percebido. O que Soja (1996) descreve como diretamente sensível e aberto, dentro de limites, a medição precisa e da descrição do espaço concebido.

Para Soja, o espaço percebido que Lefebvre trata é o espaço empírico, é o experimentado que não ocorre apenas na mente, mas abrange o emprego das mãos, pernas, órgãos sensoriais e dos gestos de trabalho. E que aqui, para nós, se relacionou a “fala”⁹ de como os moradores dos residenciais do MCMV perceberam no processo de implantação dos residenciais, a escolha das áreas onde foram construídos.

Assim, quando perguntados: “Por que você acha que este foi o local escolhido para construir o Minha Casa Minha Vida?”. As respostas encontradas, inicialmente abarcavam desde um viés político até o baixo custo para a viabilização dos empreendimentos nesses bairros:

Manobra política, o fato de terem feito tantos Minha Casa Minha Vida em bairros assim é porque são áreas com baixo custo para ser viabilizado e de certa forma para se fazer campanha política [...] (ENTREVISTADO 115, Res. Rio São Francisco).

O entrevistado 115 conseguiu explicitar os motivos da escolha da área, tendo em conta o que defendem vários pesquisadores sobre a questão, ainda que provavelmente desconhecasse essas discussões e os reais motivos desta opção. Tendo ainda acrescentado à resposta um viés complexo, porém sempre atual de elucidação, o político. Todavia, do total de 109 questionados, apenas dois responderam que a escolha da área tinha relação com a política ou, simplesmente, “*isso é coisa do governo*” (ENTREVISTADO 51, Res. Santa Bárbara). Entre os demais, 39 responderam não saber o porquê da escolha do local para construção dos residenciais e 41 se refeririam a grande disponibilidade de áreas.

Quanto a esse último aspecto, em suas explicações outras temáticas, como o preço da terra, dar uma utilidade a terra, crescimento da cidade, sonho da casa própria, ganharam relevo:

*[...] como ia construir na cidade que não tem espaço, só casa? Aqui era mato quando a gente chegou. **Será que era mais barato para eles?** (ENTREVISTADO 202, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).*

⁹ Representada pelas entrevistas concedidas e questionários aplicados junto aos moradores dos residenciais Rio Santo Antônio, Santa Bárbara, Rio São Francisco, Videiras e Figueiras, entre os meses de abril e maio de 2014, e que aqui estão apresentadas conforme formato e estratégia metodológica adotados na tese. Ademais, salientamos que para evitar repetições desnecessárias quanto a origem dos trechos referentes as falas dos entrevistados, informamos que esses foram extraídos diretamente da tese já mencionada.

Eu acho que era o lugar onde tinha mais terra sem utilidade e fez coisa para dar utilidade, fez casa para as pessoas que precisavam (ENTREVISTADO 77, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).

[...] necessidade de crescimento da cidade e que apesar de ali ser longe do centro, a área seria aproveitada e com o tempo melhoraria (ENTREVISTADO 17, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Acho que para realizar o sonho das pessoas que não têm casa. Aqui é onde tem mais área para isso (ENTREVISTADO 154, Res. Figueiras – grifos nossos)

Respostas que se complementavam e que abarcavam não somente a escolha da área onde os residenciais foram construídos, mas também consideravam uma questão subjetiva e que ocupa o imaginário de grande parte da população, o de ter sua moradia, seu lugar no mundo. E as quais ainda foram atrelados temas como a valorização da terra, a inexistência de moradores nesses espaços (antes do MCMV) e o fato de constituírem-se como áreas não urbanizadas, já que se referiram constantemente à vegetação:

Eu acho que eles acharam que era uma área melhor para construir casa. Valorizar o bairro e dar oportunidade para as pessoas que pagam aluguel a ter casa (ENTREVISTADO 164, Res. Figueiras – grifos nossos).

Pela valorização, porque muitas pessoas aqui tiveram seu terreno [...] mais valorizado [...] (ENTREVISTADO 294, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Por ser uma área pouco povoada tinha terreno para construir, era mato! (ENTREVISTADO 264, Res. Videiras – grifos nossos).

Antes de eu morar aqui, eu não conhecia a Mangabeira, acho que é porque não era habitada, era mais mato (ENTREVISTADO 150, Res. Figueiras – grifos nossos).

Eu sei que aqui era um matagal, cheio de árvores, de Jurema¹⁰ (ENTREVISTADO 185, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

A percepção dos moradores ainda consegue captar outras discussões já existentes acerca da temática, como o fato de os empreendimentos estarem em áreas carentes de todo o tipo de infraestrutura e serviços urbanos:

Oh! [...] Foi muito bom [...] fazer o plano Minha Casa Minha Vida [...]. Ter a casa, mas assim, eu ainda vejo um ponto que eles tinham que trabalhar mais, tinham que planejar direito, planejar mais [...]. Na segurança, posto de saúde, educação, tinha que melhorar mais. No caso, planejou, planejou [...] fez o Minha Casa Minha Vida, como agora é muita gente, tinha que pensar no melhor para as famílias, porque assim, nem todo mundo tem condições de estar pegando transporte [...] (ENTREVISTADO 293, Res. Rio Santo Antônio).

Além dessas dimensões abarcadas pelas respostas dos entrevistados, outras duas nos chamou atenção. Primeiro, quando responderam que o motivo da escolha da área para construção dos residenciais nesses locais foi a doação de terreno, como se depreendeu da fala do Entrevistado 205 (Res. Rio Santo Antônio) “porque acharam de graça, o terreno é doado”, ou ainda, o que foi mencionado pelo Entrevistado 287 (Res. Figueiras) “foi porque o IPTU

¹⁰ De acordo com as informações extraídas de Araújo (2016) a gerema ou jerema, mais comumente conhecida como jurema, é uma planta com propriedade psicoativa, geralmente, encontrada na região nordeste do país.

atrasou e Tarcísio Pimenta¹¹ pegou esse terreno para fazer moradia para os pobres (baixa renda)". E, segundo, quando outros dois moradores sinalizaram como explicação à escolha da área, o adensamento do centro:

*[...] eu acredito **que queriam (o governo) tirar a periferia do centro da cidade e jogaram a gente para um lugar mais distante** (ENTREVISTADO 187, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).*

*Eu acho que é para **tirar o excesso de pessoas do centro** (ENTREVISTADO 67, Res. Santa Bárbara – grifos nossos)*

Quer dizer, o nível de avaliação crítica, de consciência política e cidadã dos moradores além de amplo é inquisito para nós, isso porque suas percepções ainda nos levaram à dualidade centro-periferia, pois ao discutir que o centro estaria adensado e que existiria um desejo de retirar daí a periferia, explicações como a do Entrevistado 115 (Res. Rio São Francisco) de que a *"periferia são áreas da cidade em torno de bairros com melhor infraestrutura e que não dispõe dela [...]"* apareceram.

Com isso, tem-se que o entendimento dos moradores, apesar de não ser acompanhado de explicações teóricas contundentes e que embasem os porquês, traz à tona reflexões que há muito veem sendo debatidas *"[...] a área mais nobre fica para classe média/alta e o pobre tem que morar na periferia [...]"* (ENTREVISTADO 28, Res. Rio Santo Antônio).

Essas percepções, nos faz lançar luzes sobre um tema extremamente relevante e que historicamente é aventado, o par centro-periferia que compreende o centro e a periferia como articulados, dialética e indissociavelmente. Sendo o centro, de maneira geral, analisado como dotado de todo o tipo de infraestruturas e serviços, enquanto na periferia se concentram as carências. Ou como afirmou o Entrevistado 30 (Res. Rio Santo Antônio), *"[...] os ricos moram no lugar nobre, onde tem shopping, calçamento, tudo. O pobre é excluído [...]"*. Indiscutivelmente, pelas explicações dos moradores, podemos reafirmar a oposição entre "o visível e o invisível", "a cidade legal e a ilegal", seguindo ao que se propõe essa dicotomia, realizar a reprodução das relações de produção, onde as contradições são introduzidas.

O certo é que essas percepções foram muito além do porquê da escolha da área, inclusive, já que vimos que as respostas dos moradores perpassavam por várias questões que permeavam e possibilitavam inúmeras discussões. Todavia, vamos no deter apenas nesta última, a relação dual centro-periferia, haja vista nossa intenção de operacionalizar uma outra compreensão para o "conceito" de periferia, que veremos a seguir.

2 UMA DISCUSSÃO QUE NÃO SE ENCERRA: OPERACIONALIZANDO OUTRO CONCEITO DE PERIFERIA

Ao exercemos essa mediação entre a fala dos moradores, acerca das áreas onde os residenciais do MCMV foram construídos em Feira de Santana, e o que é periferia,

¹¹ Prefeito de Feira de Santana entre 2008 e 2012.

entendemos que não apenas já estamos discutindo-a conceitualmente, mas, sobretudo, estamos legitimando, dando protagonismo e visibilidade às percepções desses moradores, geralmente negligenciadas, por serem consideradas como senso comum – “concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista” (SAVIANI, 2004, p. 2).

É fato que pelas suas práticas e vivências cotidianas de resistência e luta para permanecer na cidade, não conseguimos ver nas análises deles o encontro entre conhecimentos e apreensões da realidade cotidiana e da técnica-científica. Com essa perspectiva, fazer referência às temáticas periferia e escolha da área aparentam ser apenas discussões conceituais acadêmicas, todavia, mediante a exposição das inúmeras reflexões expostas na seção anterior, questionamo-nos e conjecturamos quanto a esse conhecimento teórico em detrimento da sensibilidade da realidade percebida e vivida pelos moradores.

Assim, não é apenas curioso como é também flagrante a necessidade da operacionalização de uma discussão a partir do olhar dos moradores que entenderam periferia como sinônimo de favela. Isso porque, quando indagados se morando nos residenciais do MCMV estariam na periferia, a maioria, 44 moradores, afirmou que não, justamente por entendê-la como favela:

Periferia para mim é uma favela, perigosa, onde mora muito traficante, e eu não moro na favela. Eu vejo isso aqui como roça, hoje já estão colocando ai asfalto [...]. Quando eu vim para aqui, oh meu Deus! Dizia: sai da cidade para roça (ENTREVISTADO 18, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Periferia é favela. Eu não moro na periferia porque pelo que a gente vê na TV é diferente daqui. Periferia tem comunidade [...] (ENTREVISTADO 274, Res. Figueiras – grifos nossos).

[...] periferia são aqueles terrenos que são invadidos e depois as pessoas vão morando [...] moro afastado do centro, mas não moro na periferia [...]. Tem gente aqui da favela (ENTREVISTADO 16, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Periferia é um lugar sem estrutura, com pessoas de baixa renda, pouca condição, que moram em barraco feito de lona ou madeira, onde tem pessoas boas e ruins. E eu não moro na periferia, porque aqui as casas não são de pau e de madeira, mas, a gente convive com pessoas da periferia (ENTREVISTADO 272, Res. Videiras – grifos nossos).

Portanto, na concepção dos moradores a periferia se constitui num espaço onde as condições de vida não são adequadas e há criminalidade e violência:

Periferia é pobreza, pessoas morarem em lugares que põe em risco a vida. E eu não moro na periferia, porque aqui eu acho um lugar plano (ENTREVISTADO 134, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).

[...] onde a gente passa e toda hora vê gente roubando, usando drogas. Pode ser que seja, porque como o Minha Casa Minha Vida é feito para o povo humilde, pobre, mas não acho não (ENTREVISTADO 10, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Mas, a percepção deles de periferia como sinônimo de favela não é apenas por caracterizarem as áreas como de risco ou violentas, para eles o fato de morarem em casas, nas quais existe certo grau de organização, os colocava como não residentes da periferia (ou na periferia):

Periferia é favela. Aqui não tem isso não [...]. Aqui é bairro, é condomínio (ENTREVISTADO 12, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Periferia é favela [...] e aqui a gente tem uma vida mais estabilizada que na favela, as casas são melhores (ENTREVISTADO 26, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).

Periferia para mim são as pessoas que vivem no gueto, que vivem na favela [...], já morei, hoje eu moro no condomínio (ENTREVISTADO 134, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).

Periferia é um lugar que tem muito favelado. E aqui é um conjunto, não é favela (ENTREVISTADO 193, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Periferia é uma comunidade. Eu não moro na periferia, porque aqui a gente mora fora da cidade, mas aqui é um conjunto [...] (ENTREVISTADO 197, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Quer dizer, no imaginário deles ao morar em casas de um programa como o MCMV tinham uma vida mais organizada, pois viviam num residencial, e isso os tornava parte da sociedade, “*não moro na periferia, porque moro num bairro residencial na sociedade*” (ENTREVISTADO 200, Res. Rio Santo Antônio). Se por um lado, esse status social os fazia negar, por exemplo, as distâncias diárias enfrentadas para ir à escola, trabalho, por outro, a descrição que realizavam para o que é periferia, de alguma maneira, os condicionavam a pensar se não estariam numa área assim compreendida:

Não moro na periferia. Aliás, mais ou menos, porque aqui está numa avenida principal, mas aqui tem muitas famílias e jovens usando drogas, sem fazer nada [...] (ENTREVISTADO 238, Res. Figueiras).

Não moro na periferia. É! Tá quase, quase, mas vai acabar, em nome de Jesus! (ENTREVISTADO 44, Res. Santa Bárbara).

Periferia é muito tráfico de drogas. É favela. E aqui não é periferia porque moram os bons e os ruins. Ah! Aqui não é totalmente favela (ENTREVISTADO 164, Res. Figueiras).

Com isso, embora tenha ficado claro que reconheciam características dessas áreas como periféricas, insistiam em afirmar que não moravam na periferia, porque o imaginário deles estava permeado pela ideia de que “*periferia é favela e no momento aqui não tem essa aparência de periferia não, pode até vir a ter*” (ENTREVISTADO 146, Res. Figueiras). O fato é, mesmo negando que estavam na periferia, suas respostas traziam os discursos perpetrados nos debates em torno da temática, como o de que é aí onde está a população cuja renda é mais baixa ou como eles afirmavam:

Periferia é uma comunidade. Eu não moro na periferia, porque periferia é mais para gente de baixa renda e aqui é média (ENTREVISTADO 189, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Periferia é bairro de pessoas de baixa renda, pessoas sem condições. Eu não moro na periferia, porque aqui, Dilma disse que as casas eram para baixa renda, mas aqui o povo tem carro, gente com a apartamento bem mobiliado, baixa renda é quem vive só do bolsa família (ENTREVISTADO 258, Res. Figueiras – grifos nossos).

Por certo, quando expomos essas falas dos moradores, por um lado, estamos corroborando para a compreensão de que a relação centro-periferia é demonstrada pelas evidências das relações da reprodução do capital e, por outro, estamos identificando uma dinâmica que gera e reproduz as desigualdades sociais.

E se nossa intenção é operacionalizar uma nova “roupagem” para apreensão de periferia a partir desse olhar dos moradores que a entendiam como sinônimo de favela, não podemos refutar a visão daqueles que compreendiam estar na periferia. Isso porque ao salientar a percepção dos 47 questionados que afirmavam que sim, moravam na periferia, temos a possibilidade de mostrar que essa fala não é apenas senso comum. Pelo contrário, suas explicações para ilustrar que estavam na periferia carregavam conteúdos que eram mais que simbólicos, eram conceituais.

Como podemos ver a seguir, e mesmo antes, as justificativas esboçadas para explicitar o porquê de estarem na periferia englobavam um conjunto de questões, apesar de ter sobressaído à relação dual para o par centro-periferia, com ênfase na distância entre esses:

Moro na periferia, porque aqui fica distante do centro (ENTREVISTADO 50, Res. Santa Bárbara).

Moro, porque aqui já é o fim de Feira de Santana (ENTREVISTADO 51, Res. Santa Bárbara).

*Primeiro que não sei dizer bem dito, mas **periferia eu acho que é o bairro afastado do centro, se for isso, eu moro sim na periferia*** (ENTREVISTADO 67, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Bairro afastado do centro da cidade. Porque aqui tudo é longe do acesso ao centro da cidade, se não fosse a motinha aí, eu ia esperar uma, uma hora e meia o transporte, aqui não tem nem farmácia (ENTREVISTADO 86, Res. Rio São Francisco). *Periferia é um bairro pobre, distante do centro da cidade. Aqui não tem farmácia, casa lotérica [...]. Tudo você depende de transporte para ir ao centro da cidade* (ENTREVISTADO 142, Res. Figueiras – grifos nossos).

É fato que tanto aqueles que se identificavam moradores da periferia como os que diziam não morar nessas áreas por reconhecê-la como favela, traziam esclarecimentos que não eram apenas simbolismos, eram conceituais “*periferia é quando a gente não pode construir no centro, aí tem que morar afastado [...]*” (ENTREVISTADO 127, Res. Rio São Francisco). Ainda que estivessem usando as mesmas explicações para ilustrar seus diferentes pontos de vista, essas tinham conteúdo material e significados que as aproximavam dos conhecimentos conceituais, principalmente, quando explicitavam o fator locacional e a falta de infraestrutura ou a renda da população. Nesses dois últimos casos, inclusive, a distância do centro da cidade sempre complementava a percepção:

Periferia é bairro pobre, é como aqui mesmo [...]. São só as pessoas humildes, pessoas de baixa renda [...]. Também porque aqui fica longe do centro (ENTREVISTADO 49, Res. Santa Bárbara).

Porque somos carentes de tudo: escola, saúde, lazer e onde a periferia se encontra? É onde não tem isso tudo e tem a distância [...] (ENTREVISTADO 17, Res. Rio Santo Antônio).

A periferia que eu considero aqui é a falta de farmácia, supermercado que encontre tudo, lazer. Aqui não tem nada, para tudo tem que pegar transporte. Aqui é praticamente uma roça (ENTREVISTADO 150, Res. Figueiras).

Compreender periferia como sinônimo de favela e identificar-se como sendo (ou não) morador da periferia, ou mesmo o que é periferia, acabou por levá-los mais uma vez à discussão da falta de infraestrutura nessas áreas onde os residenciais foram construídos. Afinal, para eles não bastava apenas a casa, mas todo o necessário para vida, *“é uma casa/bairro que não tem estrutura, como aqui, a gente tem a casa, mas não tem estrutura”* (ENTREVISTADO 71, Res. Santa Bárbara). Além de terem destacado também que aí não tinham oportunidades de trabalho e existia violência:

Periferia é o bairro com poucas oportunidades de conquista. Eu moro na periferia, porque aqui não têm oportunidades de adquirir coisas melhores, distante para ter acesso as coisas melhores na cidade (ENTREVISTADO 260, Res. Videiras).

Eu acho que é periferia porque aqui é muito violento, falta segurança, a polícia só passa de vez em quando (ENTREVISTADO 101, Res. Rio São Francisco).

Em outros termos, era onde as adversidades os colocavam numa condição de exclusão, isso porque entendiam que ali:

*É bairro pobre, de pessoas bem necessitadas, carentes. Por exemplo, aqui, moram pessoas de classe bem mínima, eu trabalho, mas tem gente que não tem nada e essas casas foram feitas para pessoas de renda baixa. **Você acha que se eu tivesse condições comprava uma casa aqui? Se eu tivesse condição comprava num bairro melhor, uma casa grande, com piscina*** (ENTREVISTADO 106, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Ou simplesmente, como encerrou o Entrevistado 252 (Res. Videiras – grifos nossos):

São as pessoas excluídas. O Minha Casa Minha Vida virou exclusão, tirou as pessoas dos lugares (mesmo com casas não tão boas, mas que tinham como ganhar a vida) e colocou num lugar longe das oportunidades de trabalho, escola, centro de saúde, aqui não podem comercializar. Porque aqui é só mais uma aglomeração de pessoas com pouco (ou nenhum) acesso aos serviços sociais, aqui é uma segregação. Juntou tudo e colocou num lugar diferenciado, aqui só tem beleza [...].

Ao expor essas falas, certamente estamos colocando-os como discutindo conceitos. É óbvio que se, de alguma maneira, essas percepções estavam permeadas de um senso comum e simbolismos, por outro não os eram simplesmente. Isso porque, como sinaliza Saviani (2004), embora essa concepção de senso comum esteja intrínseca à mentalidade popular, por

certo não o é apenas, pelo contrário se constitui “[...] num amálgama integrado por elementos implícitos na prática transformadora do homem de massa e por elementos superficialmente explícitos caracterizados por conceitos herdados da tradição ou veiculados pela concepção hegemônica e acolhidos sem crítica” (SAVIANI, 2004, p. 3).

Sendo assim, inúmeras foram as passagens pontuadas, e outras que ainda serão apresentadas, que trouxeram a discussão de periferia nas mais diversas perspectivas conceituais – exclusão, segregação, renda da população moradora, falta de infraestrutura e serviços urbanos, violência –, ainda que tenham sempre salientado essa relação com a visão dual e de oposição ao centro da cidade, reforçando a distância entre as duas áreas. Inclusive quando reconheceram e observaram que a parte do bairro da Mangabeira onde os residenciais foram construídos era aquela considerada como “esquecida”:

Eu acho que para morar bem, aqui no bairro tinha que ter um posto médico, escola, para as crianças menores de cinco anos, tipo creche, entendeu? Porque aqui falta. Na verdade, nos outros bairros você vê e aqui esse pedaço daqui onde a gente mora é muito [...], eu acredito que seja um lugar muito esquecido. Entendeu? (ENTREVISTADO 288, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Se a maioria dos estudos urbanos brasileiros, especialmente os do âmbito da Geografia, consolidam a ótica da produção social do espaço urbano tratando-o como a expressão material do modo de produção capitalista, podemos dizer que no par centro-periferia há uma das contradições dessa produção e, mais ainda, há a capacidade global de as forças produtivas e do conhecimento científico produzirem espaço. Afinal, quando apresentamos as explicações elucidativas dos moradores quanto a estarem (ou não) na periferia, de algum modo, estamos enfatizando que a periferia concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra e que “[...] os centros urbanos são, a um só tempo, forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não objeto, supraconsciência e totalidade das consciências” (LEFEBVRE, 2002, p. 110).

Pautando-nos nessa reflexão das desigualdades sociais e espaciais, vale ressaltarmos que a maior parte dos moradores entrevistados, 37, independente dos que não se reconheceram como residentes da periferia por entendê-la como favela, avaliou que o local de moradia como bom, seguidos de outros 29 que o identificou como regular. Quer dizer, pela lógica de suas percepções até aqui apresentadas, era de se esperar que julgassem o local como ruim ou péssimo, entretanto, para eles existiam vantagens para qualificarem o local como bom ou regular. Por exemplo, terem a casa própria, devido a facilidade de pagamento das parcelas; a redução no custo de vida, por deixarem de pagar aluguel; por se constituir numa vitória ou porque jamais teria uma oportunidade como essa, devido as condições financeiras:

É bom, porque a prestação você consegue pagar e foi uma porta que Deus abriu para aqueles que não têm onde morar (ENTREVISTADO 28, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).

Eu acho bom. Estou dentro do que é meu. Livre do aluguel. Ninguém em minha porta cobrando o aluguel. Dificuldades a gente passa, mas eu não tenho do que reclamar, só agradecer (ENTREVISTADO 52, Res. Santa Bárbara).

*Eu acho minha vitória. **Porque foi uma vitória muito grande eu ter minha casa, depois de tanto sofrimento** (ENTREVISTADO 62, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).
Para mim é bom, porque é a maneira de eu ter minha casa própria, porque se fosse para levantar as paredes, o alicerce de uma casa ou comprar, eu nunca teria a minha, porque para uma pessoa que ganha mil reais fazer isso, eu nunca teria (ENTREVISTADO 158, Res. Figueiras).*

Com isso, o que notamos a partir das últimas falas – somadas a do Entrevistado 134 (Res. Rio São Francisco) “*sinto-me realizado, porque hoje eu tenho o que é meu*” e a do Entrevistado 40 (Res. Rio Santo Antônio) “*para mim, eu estou na minha casa, está bom*” – foi que mesmo ao terem externado que possuíam uma casa e que essa era própria como vantagem para qualificar o local como bom ou regular, eles continuavam reconhecendo problemas, como, por exemplo, o aumento dos gastos com deslocamento:

*É complicado, porque **meu custo de vida aumentou, transporte, transporte escolar, ou seja, para tudo teve um aumento financeiro** (ENTREVISTADO 187, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).*

Aqui é longe de tudo. Não tem uma feirinha, não tem uma casa de erva [...], entendeu? [...] A gente tudo tem que pegar dinheiro, tudo é dois e cinquenta [...]. E não é todo dia que a gente tem dois e cinquenta para gastar, não é? (ENTREVISTADO 292, Res. Rio Santo Antônio).

***A desvantagem só é a falta de [...]** como é que se fala? **A falta de algumas coisas aqui que faz falta para gente, a locomoção [...]** (ENTREVISTADO 288, Res. Rio Santo Antônio – grifos nossos).*

Ao terem mencionado esse aumento nos gastos com deslocamento, é notório como de forma explícita ou não, os moradores salientavam existir uma tendência em reservar para os segmentos sociais abastados as áreas centrais, tidas como as mais qualificadas, enquanto as mais afastadas do centro são comumente destinadas aos mais pobres. E mais uma vez reforçaram essa discussão da distância do centro da cidade, que também apareceu nas explicações a seguir, quando apontaram que apesar da casa própria, a dificuldade em adaptar-se ao novo local de moradia, entre outros motivos, associava-se a falta ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos ali encontrados:

*Para mim está sendo bom, porque não pago mais aluguel. **No começo foi difícil, vim do Sobradinho e era como se morasse na rua. Lá já morava há cinco anos e vim para aqui...** (ENTREVISTADO 173, Res. Figueiras – grifos nossos).*

*Daqui só o que gosto é minha casa, porque o bairro eu não gosto, porque acho que me acostumei ao bairro onde nasci, morei lá desde pequena e **aqui não me acostumo com as pessoas** (ENTREVISTADO 85, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).*

*Eu acho bom, porque já me acostumei. **Porque no começo a gente acha esquisito, porque saímos de um lugar onde tem tudo para outro que não tem nada. Depois a gente acostuma e tudo fica bom** (ENTREVISTADO 106, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).*

*Eu gosto, antes era difícil eu me acostumar, **a rua era mais esburacada, dificuldade de locomoção, antes era um transtorno. Creio que daqui para frente só melhora,***

já tem posto de saúde (ruim ou bom), estão construindo escola, só tende a melhorar (ENTREVISTADO 46, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

Acrescentamos a essas percepções o depoimento do Entrevistado 202 (Res. Rio Santo Antônio) que ao mesmo que sintetizou o que foi discutido, abriu um leque de possibilidades:

Morar aqui é um pouco inseguro, ainda mais que se fosse só eu, tudo bem, mas tem meu filho que cresce nesse meio. Eu vejo criança que usa e vende... E tenho medo, porque a gente vive aqui [...]. No começo é mais difícil. Hoje estou mais acostumada, mas é um tormento, por exemplo, estou de férias e queria levar meu filho na praça de alimentação, no Centro, aí penso no transporte, não vou. Quando morava no George Américo podia ir à praça, no armarinho, dava uma volta e pronto, aqui não posso isso, por que não tem.

Podemos afirmar que essas explicações têm estreita relação com o que os moradores perceberam quando indagados acerca dos pontos negativos de morarem no MCMV. Isso porque foi indiscutível como as questões da violência, do deslocamento (transporte), do tráfico e uso de drogas, além do acesso à escola terem se destacado entre as principais desvantagens de morarem nos residenciais:

O Minha Casa Minha Vida trouxe um lado bom, não é? Pela valorização [...] Mas, por outro lado, não é? Veio à violência junto [...]. Lá na escola mesmo, umas meninas estavam contando que acharam os documentos de pessoas no caminho. Tinham assaltado umas pessoas e os ladrões assaltaram aqui, na verdade, ali no Santa Bárbara (a mulher era até do Santa Bárbara) e acharam os documentos dela lá naquela entrada depois da escola [...]. E é muita coisa que eu já vi aqui dentro, gente comercializado droga aí, usando droga aí na frente, na frente das crianças. Daqui da janela a gente via [...] era um chegar de carro e moto para comprar droga. Agora melhorou, porque foi morrendo gente, morrendo gente [...] e acabou. Morreu um rapaz ali, mataram no outro residencial, aqui dentro já teve várias tentativas, semana passada mesmo, teve uma tentativa de assassinato aqui dentro (ENTREVISTADO 294, Res. Rio Santo Antônio).

Ao tratar da violência, o Entrevistado 293 (Res. Rio Santo Antônio) acrescentou “[...] o ponto negativo daqui é a segurança, você não pode ficar até muito tarde, que faz medo”. A alegação dos moradores foi que o programa ao reunir pessoas que eram oriundas de vários bairros de Feira de Santana agravava tanto os problemas relacionados à violência quanto os de relacionamento:

Para mim é bom, tirando o que não presta, estou dentro de minha casa, ninguém vai me perturbar (ENTREVISTADO 44, Res. Santa Bárbara).

Médio, razoável. Eu gosto da minha moradia, não gosto do ambiente [...]. Tem gente de toda espécie e a gente fica misturada (ENTREVISTADO 49, Res. Santa Bárbara – grifos nossos).

*Tem que ter muita paciência e ficar em casa, não se misturar. Porque se não for assim, não fica. **A convivência é ruim, aqui é para quem não tem sua casa mesmo, aqui você fica em casa, não se mistura, porque aqui, muitos já perderam a vida por conta de amizade*** (ENTREVISTADO 118, Res. Rio São Francisco – grifos nossos).

Eu gosto de morar aqui por ser minha casa própria, não pagar aluguel. Mas, no início da moradia foi difícil para me adaptar. Um bairro diferente, com pessoas diferentes, um monte de gente (ENTREVISTADO 150, Res. Figueiras – grifos nossos).

Além de tudo que já foi exposto, para eles eram grandes as dificuldades diárias, especialmente, no que tange às coisas mais simples do dia-a-dia como fazer compras ou ter lazer. Por exemplo, com relação às compras ressaltaram a inexistência de locais para fazê-las:

[...] supermercado aqui não tinha, só tinha uma venda aqui dentro do residencial. Uma mulher começou a vender coisa [...] Até hoje, não tem um mercado sortido, onde a gente possa comprar. Se hoje eu vou fazer feira, vou fazer compras [...], não tem onde, eu vou ter que me deslocar daqui para outro bairro. Às vezes eu compro no centro, às vezes, eu vou para o Tomba. No Tomba, onde eu morava, ali tem uma feira [...] muito boa para fazer compra.

Enquanto o Entrevistado 289 (Res. Rio Santo Antônio) acrescentou *“porque aqui era para ter uma creche, um centro comunitário, uma delegacia [...], uma feirinha, para pessoa não ter que está perdendo a manhã toda para ter que ir lá na feirinha fazer compra e voltar. Deveria ter um mercado grande. Não tem nada disso. A gente está no fim do mundo”*.

Já com relação ao que faziam para se divertir ou ter lazer, disseram que iam à casa de parentes e amigos, ou apenas viam TV ou iam à igreja. O Entrevistado 293 (Res. Rio Santo Antônio) inclusive disse:

A diversão das crianças é jogar pedra nos telhados, no quiosque e brincar de bola [...]. Oh! Aqui não tem uma quadra de futebol, que nem ali o Santa Bárbara, até arrumaram a do Santa Bárbara, está ali bonitinha e aqui não tem nada. Aqui as crianças não têm diversão nenhuma, não tem um parquinho [...]. Nem tem diversão nenhuma.

Para o que o Entrevistado 288 complementou *“lazer aqui dentro? Nenhum. Só quando a gente mesmo que faz, não é? Compra sua cerveja, seu guaraná, chama suas amigas para comer sua carne assada, faz o churrasco na laje [...]. A diversão é essa”* (ENTREVISTADO 288, Res. Rio Santo Antônio). E que o Entrevistado 292 corroborou *“o que eu faço para me divertir? Pego o ônibus e vou para Rua Nova (onde eu morava). Aqui, eu não faço nada, aliás, a não ser quando eu faço na minha casa”* (ENTREVISTADO 292, Res. Rio Santo Antônio). Enfim, para eles, além de toda a situação de carências, também no concernente ao lazer as insuficiências (ou ausências) eram notórias:

[...] aqui, quando cheguei, levava meu filho no parque, depois quebraram todo. É uma pouco ruim, porque aqui não tem lazer, meu filho fica 24 horas dentro de casa, a diversão dele, o computador, nem para a gente adulta tem diversão [...] (ENTREVISTADO 169, Res. Figueiras).

E que o Entrevistado 294 (Res. Rio Santo Antônio) encerrou: *“Aqui não tem lazer não. É só a casa e pronto e acabou. Não tem lazer não”*.

Assim sendo, temos que a maior parte dos moradores, 26, respondeu que a violência – assaltos, roubos, assassinatos – era a principal desvantagem de morar no MCMV, seguida do deslocamento (25 entrevistados), tráfico e uso de drogas (18 questionados) e acesso à escola (12 moradores). Essas informações, de certo, corroboraram com que vem sendo discutido. Especialmente se considerarmos:

O fato de ter a casa é ótimo, sabe? [...] O bairro também aqui é bom. O negócio aqui é a dificuldade que existe. No caso, as dificuldades como não ter escola, posto de saúde, policiamento, ônibus. Porque o ônibus aqui, tem horas que você fica duas horas de relógio no ponto de ônibus, se for pegar ônibus com criança [...] você se estressa muito. Eu cansei de me estressar em ponto de ônibus [...]. Os meninos pegam a escola oito e meia, eu saio daqui seis e meia da manhã para poder chegar lá oito e vinte, oito e dez, no mínimo (ENTREVISTADO 293, Res. Rio Santo Antônio).

Enfim, do mesmo modo que os moradores que não se identificavam como estando na periferia por reconhecê-la como favela, aqueles que compreenderam que estavam na periferia usaram os discursos embasado nas carências de infraestruturas, serviços, segurança, por exemplo, como suas justificativas. Por isso, não foi estranho que quando perguntados sobre quais seriam as propostas de mudanças, caso pudessem realizá-las, a maior parte deles (25) tenham mencionado que melhorariam o sistema educacional, seguido do aumento do policiamento (23), das oportunidades de trabalho (14) e dos serviços de transporte (14).

Diante de tudo isso, a nossa tentativa de operacionalização de um outro “conceito” de periferia é extremamente complexa, pois os moradores que entenderam estar (ou não) na periferia abarcaram, em suas explicações, praticamente todas as possibilidades de discussão que o tema propõe.

3 CONCLUSÃO: CONTINUIDADES OU NOVOS QUESTIONAMENTOS?

Resgatando os questionamentos que nos trouxeram a elaboração deste artigo “Qual a imagem os moradores dos residenciais do programa têm dessa área onde foram construídos? Quais são as suas percepções dessas áreas? Por que para a maioria deles essas áreas não são periféricas?”, mais uma vez concluímos que as apreensões dos moradores davam conta de diferentes escalas de análise, ainda que estivessem no mesmo contexto histórico e, de algum modo, estivessem destituídos dos saberes dos campos científicos.

Por isso mesmo, nos chamou atenção o fato de considerarem em suas falas a relação centro-periferia como uma construção estratégica do Governo ou quando deram conta da abrangência dessa relação no debate relativo à questão centro e periferia unicamente como realidade dicotômica, revelando-os como opostos. Apesar de teoricamente, conseguirmos abordá-los como contraditórios, ou se preferirmos dialéticos, que se complementam pela relação de coexistência, na percepção dos moradores há apenas a dualidade devido, especialmente, as repercussões sociais e espaciais que constataram.

Com isso, ainda que talvez não soubessem, os moradores estavam concordando com as proposições postas por Bonduki (2011) que, nos últimos anos, as políticas voltadas à produção habitacional veem se concentrando nas áreas da cidade, onde a terra é mais barata, geralmente, desprovida de serviços de infraestrutura, carente de equipamentos comunitários, de sistema de transporte coletivo e sem oferta de trabalho. Além de terem salientando, o que sinalizam Rodrigues (2007) e Carlos (2007) que é nessas áreas onde o Estado não se faz presente, ou pelo menos não é visível. Pelo contrário, sua presença, num aparente paradoxo, se dá quando estabelece as condições gerais de reprodução estratégica do capital, tendo a produção da cidade como negócio.

Nesse sentido, essa outra apreensão e/ou operacionalização de um “conceito” de periferia, a partir do olhar dos moradores que a entenderam como sinônimo de favela, abarca, por um lado, a concepção de que “[...] o centro constitui-se por meio de um processo de concentração de atividades e comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos em uma área da cidade” (SPOSITO, 2004, p. 274). “Enquanto a periferia é a sede dos antigos modos de produção superados, dos quais subsistem elementos esparsos que o centro utilizará em seu proveito” (AYDALOT, 1983 apud SPOSITO, 2004, p. 272).

E por outro, talvez a visão que consubstancie esse outro olhar para compreender periferia como sinônimo de favela, a influência do que é divulgado na mídia, incorporado às conversas cotidianas de vizinhos e demais relações sociais: “[...] sou periferia, sou periferia, sou periferia, sou da palafita, da favela, do alto do morro, sou a voz do brasileiro, pedindo socorro, encarando a vida”¹².

Não raro, as análises dos moradores traziam componentes do que está presente em letras de música ou das informações divulgadas em telejornais diariamente. O que nos faz lê-las como senso comum, todavia, esse é um conteúdo conceitual que está intrínseco a percepção deles, e que abarca a componente social em oposição a geográfica, por que para eles há uma abordagem binária em termos do espaço e do social, mas ambos entendidos unilateralmente como resultantes da vivência, o que a teoria não seria capaz de captar em totalidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. **A produção do espaço urbano periférico e a questão habitacional em Feira de Santana**: o programa Minha Casa Minha Vida no bairro da Mangabeira, entre 2009-2014. 2016. 390f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2016.
- AZEVEDO, Sergio de. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Aduino Lúcio (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

¹² Trecho da letra da música Sou Periferia, cantada pela banda baiana Psirico.

- BOLAFFI, Gabriel. Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos. In: VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 167-196.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-65.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- FIX, Mariana de Azevedo Barretto. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263f. Tese (Instituto de Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HELFENSTEIN, Lara Amorim. **Valorização do espaço urbano em Feira de Santana**: estudo sobre política habitacional e o programa Minha Casa Minha Vida. 139f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Mestrado Profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. [S.l.]: Blackwell Publishing, 1991.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p.73-88, jan./dez. 2007.
- ROLNIK, Raquel. La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para la implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil. **Revista Eure**. v. 35, n. 104, p. 5-28, abr. 2009.
- ROYER, Luciana. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. 2009. 194 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: Do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores associados, 2004.
- SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB Municipal**. Produto Interno Bruto dos municípios – Bahia: 2014-2015. Boletim Técnico 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2015.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SHIMBO, Luciana Zanin. **Habitação social, habitação de mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 361 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2010.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004, 508 f. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004a.

SOJA, Edward. **Thirdspace:** journey to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996.